

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curtas	2
Título: Nexa mantém ritmo de obra em projeto de zinco no MT	2
Título: Chinesa BYD atinge mil MW em módulos solares no país.....	4
Título: Raízen alonga dívida com novo CRA	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Abdo depõe sobre Itaipu e oposição convoca protestos.....	8
Título: » Nada desprezível.	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Sobradinho vence seca após 20 meses e recupera economia no São Francisco.....	10
Título: Presidente do Paraguai depõe sobre novo acordo com o Brasil	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Setor quer simplificar impostos	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/08/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Curtas**

Compras públicas

O Ministério da Economia vai diminuir em aproximadamente 60% o número de unidades de compras de órgãos federais para centralizar as aquisições e fortalecer o planejamento anual. Das 12 mil unidades existentes hoje, devem ficar ativas 4,5 mil. O enxugamento promete facilitar, ainda, o controle por órgãos de auditoria institucionais, a exemplo de Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). Também serão desativadas as unidades que não enviarem o seu plano de contratações ao Ministério da Economia até 30 de abril de cada ano.

Energia elétrica

A evolução do mercado livre de energia vai abrir novas oportunidades de negócios para empresas e consumidores, afirmou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Segundo ele, a consulta pública iniciada na sexta-feira para discutir a redução gradual dos limites para a migração de consumidores para o mercado livre tem o compromisso de desenhar estratégias quer permitam o avanço do setor. O Ministério de Minas e Energia abriu consulta pública para discutir a redução dos limites para a migração de consumidores do mercado cativo (das distribuidoras) para o livre. As contribuições vão até o dia 23.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Nexa mantém ritmo de obra em projeto de zinco no MT**

Desde janeiro, cerca de 700 pessoas estão trabalhando no canteiro de obras do maior projeto de mineração feito a partir do zero no país. A meta da Nexa Resources, companhia de zinco, cobre e chumbo controlada pela Votorantim, é finalizar o empreendimento até o fim de dezembro de 2020. A empresa está investindo US\$ 392 milhões (correspondente a R\$ 1,5 bilhão) na execução do

projeto, situado em Aripuanã, no Noroeste de Mato Grosso, a 1 mil km de Cuiabá.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da companhia, Tito Martins, disse que a guerra comercial entre China e EUA não altera os planos do investimento. O projeto centra-se na parte mais rentável dessa indústria - mineração, que tem margens mais robustas que a metalurgia. A empresa prevê exportar 25% da produção do concentrado do metal e usar a grande parte em suas fundições.

Além disso, afirmou, no médio prazo se prevê equilíbrio favorável aos produtores entre oferta e demanda, refletindo-se no preço. A produção mundial de zinco metálico é da ordem de 14 milhões de toneladas por ano. Os dois grandes mercados consumidores do metal, usado em várias aplicações, como indústria automobilística e construção civil, são China e Estados Unidos.

Martins disse que a Nexa corre contra o tempo para fazer toda a terraplenagem até novembro, quando começa a época de chuvas na região. Após isso, começam as fundações de obras civis para montagem das instalações de beneficiamento das 6,3 mil toneladas ao dia de minério. Desse material serão extraídos zinco (a maior parte), cobre, chumbo, prata e ouro. Em zinco equivalente, serão 120 mil toneladas ao ano.

"Este é o segundo maior projeto de zinco do mundo, só perdendo, em tamanho, para outro no Cazaquistão", comentou Martins. Aos preços do metal hoje - na faixa de US\$ 2,3 mil a tonelada na Bolsa de Metais de Londres-LME -, Aripuanã vai adicionar receita de US\$ 250 milhões ao ano à Nexa, informou o executivo. Em lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), a projeção é de US\$ 100 milhões.

A Nexa, que abriu o capital nas bolsas de Nova York e Toronto em outubro de 2017, tem 64,3% das ações em poder da Votorantim. No ano passado, a empresa obteve receita líquida de US\$ 2,5 bilhões e geração de Ebitda de US\$ 605 milhões. Produziu 556 mil toneladas de zinco metálico.

A nova mina, que integra o plano estratégico de vários projetos de expansão até 2025, tem vida útil projetada de 13 anos. Novas prospecções geológicas, porém, já indicam mais seis anos. A empresa vai realizar outra campanha de furos. A mina será subterrânea, com profundidade de 350 a 700 metros.

Seguindo um padrão de outras minas da Nexa, Aripuanã, diz o executivo, fará a deposição de rejeitos a seco - nasce sem barragem, um problema do setor no país com os últimos desastres em Minas Gerais. A partir da filtragem, o rejeito será empilhado e protegido por camadas de material específico. Com sistema

de "westlands", prevê captar águas da chuva e recircular 100% da água tratada no beneficiamento.

"Quando Aripuanã entrar em operação, mais de 80% de todas as operações da Nexa terão deposição de rejeitos a seco. Já estamos com Vazante (MG) e Cierro lindo, no Peru. Faltam duas minas", informa Martins. Em Morro Agudo (MG), todo o resíduo gerado é vendido como corretivo de solo para agricultura. Passa de 1 milhão de toneladas por ano.

Segundo Martins, no auge de toda a obra do projeto, haverá 1,6 mil trabalhadores. Para operar o empreendimento, a partir do primeiro trimestre de 2020, estão previstos 750 funcionários diretos. Com o apoio do Senai, esse número - de pessoas de Aripuana, cidade de 25 mil habitantes - já está em treinamento. Com indiretos, a previsão é de mais de mil pessoas.

O executivo informa que será a operação de mina com a maior participação de mulheres no mundo - a meta é empregar 50% de mão de obra feminina. Tanto para área administrativa, quanto de beneficiamento e das frentes de lavra do minério. Segundo disse, dos 1.500 inscritos no programa de qualificação profissional na cidade, 54% era de mulheres.

Para escoar a produção, a Nexa fará transporte por caminhões, em cerca de 1,2 mil km, até Rondonópolis (MT). Desse ponto, explica Martins, grande parte irá por ferrovia (da Rumo e da MRS) até Santos (SP) - para exportação para a Ásia (principalmente Coreia do Sul) - e Juiz de Fora, onde está uma das duas fundições de zinco da empresa em Minas Gerais. A outra fica em Três Marias.

"Temos de ser competitivos para chegar até o mercado da Coreia", afirmou Martins. O projeto é um dos pilares da estratégia de crescimento para se consolidar entre as cinco maiores produtoras de zinco do mundo, e líder na América Latina. A expansão em cobre também faz parte do plano.

No primeiro semestre, a mineradora - segundo maior negócio da Votorantim - teve receita líquida de US\$ 1,18 bilhão. Para o ano, a Nexa divulgou durante o balanço do segundo trimestre projeções de produção: 395 mil toneladas de zinco metálico, 38 mil de cobre, 55 mil de chumbo, 9 milhões de onças de prata e 24 mil onças de ouro (cada onça equivale 31,1 gramas). Em zinco equivalente, a produção total vai beirar 600 mil toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Chinesa BYD atinge mil MW em módulos solares no país

A chinesa BYD, fabricante de veículos elétricos, baterias e módulos fotovoltaicos, atingiu 1 gigawatt (GW) em módulos entregues no Brasil, o que representa cerca de um terço da energia solar fotovoltaica em funcionamento no país. O crescimento das suas vendas ganhou força no fim do ano passado, quando a companhia mudou seu foco de grandes fazendas de geração solar para projetos de geração distribuída, de no máximo 5 megawatts (MW) de potência instalada.

Segundo Adalberto Maluf, diretor de marketing, novos negócios e sustentabilidade da BYD no Brasil, a companhia forneceu cerca de 750 MW em módulos fotovoltaicos para geração centralizada e outros 250 MW para geração distribuída. "Mas isso porque, nos primeiros dois anos da fábrica, só vendemos para grandes clientes", disse ele.

No Brasil, a BYD abriu sua primeira fábrica em 2015, em Campinas (SP), para produção de ônibus elétricos e comercialização de veículos e empilhadeiras. Em 2017, a companhia inaugurou a segunda unidade, também em Campinas, para produção de módulos fotovoltaicos. No começo, eram fabricados apenas módulos sofisticados, com maior vida útil mas também mais caros.

"Desde o começo de 2019, passamos a fazer também módulos convencionais", disse Maluf. Os equipamentos mais sofisticados chegam a ter vida útil de 50 anos, com garantia de 30 anos pela BYD. Os novos, que são mais baratos e mais leves, têm vida útil um pouco menor, de cerca de 40 anos, com garantia por 25 anos.

Com a mudança, a BYD ganhou espaço no mercado de geração distribuída. Segundo Maluf, uma pesquisa realizada em dezembro do ano passado pela consultoria especializada Greener colocava a companhia em quinto lugar entre os índices de capilaridade dos fornecedores de módulos fotovoltaicos do país para geração distribuída, com percentual de 16,4%. Em janeiro, subiram para 38%, na segunda posição.

As garantias dos equipamentos por 25 a 30 anos são diferenciais importantes da BYD, segundo Maluf. Empresas como WEG e Engie, que são clientes da companhia, optam por comprar seus produtos fabricados no Brasil, e não importar da China, uma vez que também garantem os empreendimentos de geração distribuída para seus grandes clientes finais.

Além disso, os clientes que compram equipamentos fabricados no Brasil - como os da BYD - podem ter acesso à contratação de empréstimos na Finame, linha de crédito do BNDES que financia máquinas e equipamentos. "Ele também pode fazer um financiamento em reais para comprar o equipamento nacional", disse Maluf.

A BYD ainda vê muito espaço para crescimento no Brasil, principalmente entre consumidores industriais, comércios e o setor rural. A ideia é combinar os painéis solares com baterias para armazenamento de energia, que vão aumentar a confiabilidade da geração. Para isso, a companhia se prepara para montar uma fábrica de baterias de lítio no Amazonas.

"Ao abrir uma fábrica no Brasil, a BYD se comprometeu com o país no longo prazo. Acreditamos muito na solução de geração solar com baterias", disse.

Com ações listadas nas bolsas de Hong Kong e Shenzhen, na China, a BYD teve receita de US\$ 17,2 bilhões em 2018, e lucro atribuível aos acionistas de US\$ 393,6 milhões. A companhia tem valor de mercado de US\$ 128 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/08/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Raízen alonga dívida com novo CRA

A Raízen captou R\$ 1 bilhão com um certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) de dez anos - maior prazo já captado pela empresa com esse papel. É o sétimo CRA da companhia e, com ele, o instrumento passou a responder por cerca de 30% de seu endividamento total. A Raízen atua nos setores de produção de açúcar e etanol, transporte e distribuição de combustíveis e bioeletricidade.

"Temos o objetivo de estender a duração da nossa dívida. No passado, para fazer isso, só tínhamos como opção acessar o mercado externo. Agora, com essa operação, confirmamos o mercado doméstico como uma nova alternativa", afirma Guilherme Cerqueira, vice-presidente de finanças e relações com investidores da Raízen.

Segundo o executivo, essa é uma boa notícia para o Brasil: "Acaba com aquela história de que funding de longo prazo no país só acontece via banco estatal".

A Raízen já havia feito um outro CRA este ano, em março, que chamou a atenção da companhia pela forte demanda pelos papéis. A emissão inicialmente seria de R\$ 700 milhões, mas subiu para R\$ 900 milhões - também saiu com taxas menores do que as inicialmente ofertadas. O CRA tem sido muito demandado por investidores pessoa física por contar com a isenção de Imposto de Renda. A Raízen tem nota "grau de investimento" das agências Fitch e da Standard & Poor's.

Somando as sete operações, a Raízen já levantou, nos últimos seis anos, cerca de R\$ 6 bilhões com CRA. Cerqueira diz que não pretende aumentar muito esse volume, até mesmo porque, a partir deste ano, a empresa começará a fazer a troca de emissões. Em dezembro, vence o primeiro CRA, lançado em 2014. Esse tipo de operação não é renovada, pelo fato de estar pulverizada em milhares de investidores pessoa física - só nessa última oferta, foram 3,4 mil CPFs. A opção da empresa será fazer uma outra emissão para encerrar a que está vencendo, que deve girar cerca de R\$ 550 milhões.

"Dependendo das condições de mercado, poderemos fazer uma emissão de tamanho semelhante ou superior ao valor que vai vencer", afirma Cerqueira. "Vamos fazer a estruturação dentro do nosso programa anual de funding."

Na colocação do novo CRA, ele também destaca o fato de os investidores terem majoritariamente preferido a série da emissão atrelada ao IPCA (78% do total emitido), em detrimento daquela vinculada ao CDI (22%).

O movimento está ligado ao fato de os juros brasileiros estarem no menor patamar da história e com tendência de queda.

"Nós já vínhamos oferecendo essas duas séries em outras emissões. Mas esta foi altamente concentrada na tranche de IPCA", diz Cerqueira. Na oferta de março, a tendência já estava clara: 67% dos investidores ficaram na série IPCA.

Para a companhia, diz ele, um ou outro indicador tende a ser pouco relevante. "Avaliamos como está a taxa e decidimos se vale a pena fazer um swap de IPCA [via NTN] para o CDI. Assim é possível fazer um hedge."

Cerqueira diz que já que o mercado doméstico ganhou mais profundidade, só falta agora as empresas tomarem decisões de captar para investir. "O crescimento esperado para o PIB deste ano, de 0,8%, ainda não é o que a gente quer. Mas confiamos que a economia vai voltar a deslanchar", diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/08/2019****Seção: Internacional****Autor: Ricardo Galhardo ENVIADO ESPECIAL / ASSUNÇÃO****Título: Abdo depõe sobre Itaipu e oposição convoca protestos**

Presidente paraguaio foi ouvido por três procuradores na residência oficial como testemunha

O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, prestou depoimento por cerca de sete horas ao Ministério Público na condição de testemunha, ontem, sobre o escândalo envolvendo o acordo com o Brasil para renegociação da energia de Itaipu. O depoimento ocorreu na residência oficial do presidente paraguaio e aumentou a temperatura da crise política que afeta o país vizinho. Segundo os procuradores que compõem a força-tarefa criada para investigar o caso, Abdo disse desconhecer o advogado José "Joselo" Rodríguez, assessor jurídico do vice-presidente Hugo Velázquez, e entregou seu telefone celular aos investigadores.

A partir de hoje a oposição a Abdo pretende desencadear uma série de manifestações por todo o país com o objetivo de aumentar o desgaste do presidente e forçar o Congresso a votar um pedido de impeachment do mandatário. Em entrevista coletiva, os procuradores Marcelo Pecci, Liliana Alcaráz e Susy Riquelme, integrantes da força-tarefa, evitaram dar detalhes sobre o depoimento. Além de confirmarem que Abdo entregou seu celular e disse desconhecer Joselo, eles disseram que o presidente deu detalhes sobre uma reunião da qual também participaram o ex-presidente da Administração Nacional de energia (Ande, a estatal energética do Paraguai), Pedro Ferreira, o vice-presidente e o ministro da Fazenda, Benigno María López Benítez, na qual trataram da venda de energia paraguaia pela Ande para o mercado externo.

"Como tenho dito sempre, o nosso compromisso é com a transparência. Estou à disposição para colaborar com a promotoria", disse Abdo em sua conta no Twitter. A exclusão do item 6 da ata do acordo com o Brasil, que autorizava a Ande a vender energia no mercado brasileiro sem a necessidade de intermediários, é um dos motivos de descontentamento dos paraguaios. O outro é a obrigatoriedade de o país vizinho contratar mais energia "garantida" de Itaipu – que é mais cara –, o que deve elevar o preço da tarifa no Paraguai. Além disso, os procuradores disseram que agora, de posse do celular do presidente, vão poder esboçar um quadro mais claro da situação. Até ontem eles tinham apenas as mensagens entregues pelo ex-presidente da Ande, Ferreira, que renunciou ao cargo por discordar do acordo.

Hoje os procuradores devem tomar o depoimento do vice-presidente, Velázquez. A expectativa é que ele seja inquirido sobre suas relações com Joselo. Em mensagens ao ex-presidente da Ande, o assessor jurídico defendia os interesses da Léros, empresa brasileira ligada ao empresário e político Alexandre Giordano (PSL), suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), e dizia falar em nome do governo brasileiro. Enquanto isso, a oposição a Abdo tenta aproveitar o desgaste do presidente para encaminhar um processo de impeachment. Ontem 15 entidades se reuniram para traçar um calendário de manifestações que inclui atos públicos e paralisações de rodovias em 33 pontos do país a partir de hoje.

Na reunião a oposição decidiu convocar uma greve geral para a quinta-feira. "É algo que sem precedentes nos últimos anos", disse o deputado Ricardo Canese, da Frente Guasú. Ontem a polícia bloqueou a avenida Costanera para impedir uma manifestação contra o governo. Policiais disseram ao Estado que atendiam a "ordens superiores". No local, ocorria um ato evangélico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: » Nada desprezível.

Coluna do broadcast

A elevação na mistura do biodiesel ao diesel de 10% (B10) para 11% (B11) trará uma economia estimada de US\$ 1 bilhão ao ano. Conforme cálculos do **Ministério das Minas e Energia**, o valor considera a menor importação do combustível de petróleo. O B11 também deve fomentar as indústrias locais, já que a oferta do bicomcombustível aumentará 10% a partir de 1.º de setembro, quando a nova mistura passa a valer. O maior uso de biodiesel deve demandar 560 milhões de litros, volume que crescerá se a economia se recuperar.

» De duas a uma. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) trabalha para evitar a tributação do etanol em uma única fase, caso seja autorizada a venda direta de usinas a postos de abastecimento. Hoje, impostos são recolhidos na indústria e na distribuidora. A entidade defende a adoção de um regime monofásico para a venda direta e a manutenção das duas etapas se a transação passar pelas distribuidoras. Para a Unica, a tributação em uma etapa faria as usinas perderem receita, assim como os quase 70 mil produtores de cana-de-açúcar, e aumentaria a carga tributária em até 80%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 12/08/2019****Seção: Mercado****Autor: João Pedro Pitombo e Raul Spinassé****Título: Sobradinho vence seca após 20 meses e recupera economia no São Francisco**

Volume da barragem sobe de 1,8% para 42,7% e impulsiona produção de frutas, peixes e vinhos

CASA NOVA E SOBRADINHO (BA)- Foram quatro dias: entre 15 e 18 de novembro de 2017, o reservatório de Sobradinho, maior do rio São Francisco, atingiu o seu nível mais baixo da história, chegando a apenas 1,8% de seu volume útil.

Pouco menos de 20 meses depois dessa baixa recorde, o lago começa a voltar a respirar. O volume útil da represa chegou 842,7% na quinta-feira (8), voltando ao nível de 2013, ano em que a seca começou a fustigar o semiárido do Nordeste.

Além de dar estabilidade à produção de energia pelas usinas hidroelétricas instaladas ao longo do São Francisco, a recuperação da barragem também abre perspectivas para a retomada econômica da região, que tem na fruticultura irrigada e piscicultura como carros-chefes.

Nos últimos anos, o cenário foi de estagnação. Desde junho de 2017, a ANA (Agência Nacional de Águas) reduziu a vazão da paragem de Sobradinho para 550 m³/s e proibiu a captação de água do rio todas as quartas-feiras, deixando as plantações um dia da semana sem irrigação.

Os seis anos consecutivos de seca, entre 2012 e 2018, resultaram num aumento de custos para os produtores com energia, já que a água para a irrigação passou a ser bombeada de regiões mais distantes.

Além disso, parte dos agricultores deixou de lado os cultivos de ciclo curto, no qual eram produzidos melancia, melão, feijão e cebola, e concentrou-se na produção principal de manga e uva.

O cenário mudou com as chuvas que atingiram a região nas duas últimas quadras chuvosas. A restrição para a irrigação nas quartas — que resultava em queda de até 15 % na produtividade — caiu no fim do ano passado, e a vazão de Sobradinho já chega a 800 m³/s.

Ao todo, a região tem 120 mil hectares de fruticultura irrigada, que resultaram numa colheita de 750 mil toneladas de frutas em 2018.

Um dos principais polos de produção, a cidade de Casa Nova retomou a curva de crescimento. Segundo dados do Censo Frutícola, a colheita de manga em 2018 chegou a 100 mil toneladas — alta de 84,8% em comparação a 2016. Também foram colhidas na cidade 28 mil toneladas de goiaba e 27 mil toneladas de uva.

O avanço da produção fez as vinícolas da região retomarem seus planos de investimento. Em dezembro, o Grupo Miolo anunciou a ampliação de sua fábrica de vinhos em Casa Nova e a instalação de nova fábrica de suco de uva em Barra.

Além da oferta de água, o cenário tornou-se mais promissor com o acordo entre Mercosul e União Européia, que vai derrubar taxas para exportação de frutas e derivados.

Os empresários defendem que a janela de oportunidade seja aproveitada com uma política de crédito para irrigação no longo prazo e incremento da pesquisa, além de uma primazia para a produção agrícola diante da produção energética.

"A fruticultura no Vale do São Francisco tem um potencial de crescimento muito maior do que se estima. Basta que ele seja encarado como uma política de Estado", diz José Gualberto de Freitas, presidente da Valexport, entidade que congrega produtores e exportadores de fruta da região.

O setor pesqueiro também ganhou novo impulso. Criando tilápias em tanques há sete anos no reservatório de Sobradinho, Estefani dos Santos, 28, voltou a produzir 20 toneladas de peixes por ano e já mira chegar a 30 toneladas em nos próximos anos.

"O problema é que, quando a barragem seca, temos que movimentar os tanques para áreas menos rasas, e isso gera mortalidade. Já cheguei a perder três toneladas de peixes nesse processo", diz o pescador.

Rafael Ferreira, que também possui tanques em Sobradinho, chegou a pensar em desistir no auge da seca. Mas, em dois anos, conseguiu ampliar a produção de 8 para 18 toneladas de tilápias a cada ciclo de seis meses.

Além de Sobradinho, a retomada do volume de água também avança nos demais reservatórios do Sistema Hídrico do Rio São Francisco. Em Três Marias (MG), o volume de água chegou a 72,7%.

Em Itaparica, a barragem chegou a 37,8% do volume útil. Há cinco anos, com 15%, o nível baixo da água fez reaparecer quase toda a estrutura antiga igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Petrolândia (PE), inundada quando a barragem foi criada, em 1988.

Apesar do avanço, o volume ainda está longe de atingir o nível pré-seca. Em fevereiro de 2012, Sobradinho chegou a ter 88% de sua capacidade, que é de 34 milhões de metros cúbicos de água.

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Anivaldo de Miranda diz que a retomada do volume é resultado de ações preventivas, mas que a situação do rio ainda inspira cuidados.

Além da quantidade de água, sua qualidade também é essencial para o futuro do São Francisco. Não podemos perder o foco", afirma Anivaldo, defendendo uma retomada nos investimentos contra o assoreamento e em sistemas de esgoto nas cidades ribeirinhas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/08/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Presidente do Paraguai depõe sobre novo acordo com o Brasil

Buenos Aires- O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, recebeu neste domingo (11) um grupo de promotores em Assunção para responder questões relacionadas ao acordo assinado entre o país e o Brasil sobre a hidrelétrica de Itaipu, que quase levou a seu impeachment.

Os promotores Mareei Pecci, Susy Riquelme e Liliana Alcaráz chegaram ainda pela manhã na Quinta de Mburuvicha Róga, a residência oficial, para recolher o depoimento do mandatário sobre o novo acordo do uso da usina, que acabou cancelado pelo Paraguai.

O Ministério Público paraguaio investiga possíveis irregularidades contidas no acordo, que permitiria que Assunção pudesse negociar com empresas privadas brasileiras parte de sua energia excedente.

Os dois países assinaram em 24 de maio um acordo secreto sobre a distribuição de energia da usina hidrelétrica binacional de Itaipu que poderia causar prejuízos de mais de US\$ 200 milhões (R\$ 788 milhões) a Assunção.

A ata, porém, acabou sendo revelada ao público no fim de julho, causando uma crise política no país.

A oposição e parte do Partido Colorado, sigla de Abdo Benítez, anunciaram que votariam o impeachment do presidente por causa do documento. A pressão só diminuiu quando o governo anunciou em 1º de agosto que estava cancelando o acordo.

O caso, porém, ficou mais grave quando foram entregues ao Ministério Público conversas vazadas entre o então presidente da Ande (estatal energética paraguaia) e o advogado José Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico do vice-presidente paraguaio, Hugo Velázquez. Depois que os chats vieram à tona, ambos negaram ter um vínculo.

Nas conversas, fala-se de uma possível venda de parte da energia que corresponde ao Paraguai a uma empresa brasileira, a Léros, que segundo as mensagens estaria ligada ao atual governo brasileiro.

Alguns dias depois, outros diálogos divulgados mostraram que, além de Velázquez, o presidente Abdo Benítez também estaria apar da negociação e a teria aprovado.

Por isso, tanto o presidente quanto seu vice foram chamados a depor.

Ao entrar na residência presidencial, a promotora Liliana Alcaráz disse que o depoimento de Abdo Benítez tinha como propósito "obter informação" e teria um formato de entrevista informal, "e não de interrogatório".

E acrescentou: "nesta etapa, o Ministério Público não tem nenhum tipo de formalidade, não se trata de um julgamento oral, onde se recolhem provas", disse.

O promotor Pecci disse que a investigação seguirá ao longo da semana, depois da entrega de um relatório e um cronograma sobre como foram as negociações entre a Ande e a Itaipu. Todos os telefones envolvidos nos chats devem ser entregues, por pedido do Ministério Público.

Apressão em torno da dupla presidencial tem sido grande, com alguns protestos tendo ocorrido em Assunção mesmo depois de a tentativa de impeachment, em 1º de agosto, não ter ido adiante.

Por ora, há uma espécie de trégua dentro do Partido Colorado, uma vez que o grupo liderado pelo rival interno de Abdo Benítez, o ex-presidente Horacio Cartes, se comprometeu a não oferecer os votos necessários ao início do julgamento político.

Ainda assim, o principal partido opositor, o PLRA, protocolou novamente o pedido de uma ação para julgamento político — por enquanto, ainda sem o número suficiente para autorizar o início do processo.

SC

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/08/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Setor quer simplificar impostos

Com as mudanças nas regras da Previdência Social encaminhadas e a cargo do Legislativo, o governo sinaliza que atenderá um dos pleitos mais antigos do empresariado brasileiro: a reforma tributária. O momento é propício para os representantes do segmento que mais arrecada impostos no país, o de combustíveis, buscarem a simplificação tributária. Da forma como são cobrados hoje, os tributos estimulam a concorrência desleal e fortalecem a figura do devedor contumaz. A sonegação e a inadimplência no setor chegam a R\$ 7,2 bilhões, resultado do emaranhado de regulamentações e alíquotas, diferentes em cada unidade da Federação.

No entender de Edson Vismona, presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), o tema é relevante e oportuno. “Estamos aprofundando uma discussão há muito esperada, a da reforma tributária. Temos que caminhar rapidamente para a simplificação e atacar o processo, que é um caos”, alerta. Os problemas do setor serão discutidos em seminário na sede do Correio, no próximo dia 21.

Segundo Vismona, há vários tipos de contribuintes. O devedor eventual, que quer pagar e encontra muitas dificuldades de interpretação, não sabe quantas obrigações acessórias existem e comete erros ou é vítima de equívocos do Fisco. “O devedor reiterado posterga os pagamentos, às vezes, por problemas econômicos. Merece ser punido, mas ainda está procurando se acertar”, explica. O terceiro e mais perigoso é o contumaz. “Esse é a perversão do sistema. Entra na atividade econômica já contando em não pagar impostos. Lança os tributos, mas não paga. Quando chegam ao final os processos administrativos, as empresas não existem mais”, ressalta.

Além de acabar com os concorrentes, por conta das altas margens que a sonegação proporciona, o devedor contumaz lesa o Fisco em bilhões. “Atrelado a isso, não respeita outras regras, adultera os produtos, prejudica também o consumidor”, diz Vismona. Apesar das diferenças gritantes entre contribuintes,

a legislação não faz distinção entre eles. “Todos são tratados como se passassem por dificuldade, quando isso não é real. O resultado é uma dívida de R\$ 3,3 trilhões, quase a metade do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, praticamente irrecuperável”, afirma o presidente do Etco.

Carga elevada

Com a maior carga tributária entre as atividades econômicas, e também responsável pela maior arrecadação, o setor de combustíveis é altamente prejudicado pela figura do devedor contumaz e pela complexidade tributária, de acordo com a Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural). O presidente executivo da entidade, Leonardo Gadotti, explica que, na gasolina, os impostos estaduais e federais chegam a 50% do valor do produto.

“Além de ser uma carga elevadíssima, o grande problema é a complicação, o emaranhado de legislação. São 27 regulamentações e alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) diferentes, cada estado tem a sua”, explica. O mais perverso, segundo ele, é que, quando há aumento na refinaria, o imposto aumenta também e não chega ao consumidor final. A diferença de alíquota entre estados e o fato de o combustível ser tributado várias vezes, na usina, na distribuidora e na revendedora, estimulam as fraudes, explica. “O grande problema é a complexidade. Já que a reforma tributária começa a ser discutida agora, vamos tentar participar”, diz Gadotti.

Diferenças

Um estudo da Plural apurou que o montante de sonegação e inadimplência no setor chega a R\$ 7,2 bilhões. “Em torno de 70% a 75%, R\$ 5,2 bilhões, são relacionados ao etanol hidratado”, revela. O setor defende um alinhamento de alíquotas para acabar com a guerra fiscal e as fraudes. “Pode ser regional, não precisa ser todo o Brasil. Isso já ajustaria a evasão e a sonegação nas vendas. Quem compra produto em um estado, declara que vai entregar em outro e leva para um terceiro, onde o ICMS é maior, está sonegando”, explica. O caso é mais grave entre São Paulo e Rio de Janeiro, cujas alíquotas são muito diferenciadas, sobretudo, do etanol (veja quadro).

Conforme o advogado tributarista Hugo Funaro, a disparidade de alíquotas do ICMS sobre combustíveis cria tratamento desigual entre consumidores, pois abastecer um veículo pode ser bem mais caro em um estado do que em outro. “É comum a prática de vendas fictícias de etanol para outros estados, com aplicação de alíquota interestadual de 7% ou 12%, quando, na realidade, o produto é vendido dentro do próprio estado, onde a alíquota é superior. Esse tipo de sonegação afeta o erário e é uma forma de concorrência desleal com empresas que pagam corretamente seus tributos”, explica.

MME / ASCOM .